



Poços de Caldas

2º Congresso Nacional de Educação

www.educacaopocos.com.br 08 e 09 de Jun

MODELO PARA ELABORAÇÃO DO RESUMO EXPANDIDO

EIXO TEMÁTICO: Fundamentos da Educação: História, Filosofia e Sociologia da Educação.

FORMA DE APRESENTAÇÃO: Resultado de Pesquisa.

RETRATO DA EXPANSÃO DO ENSINO PÚBLICO PRIMÁRIO NA SRE DE CARATINGA (1900-2000)

Elzira Gonçalves Rosa Neta¹

Eliza Cristiane de Rezende Marques²

Resumo

Com o objetivo de compreender o processo de expansão das escolas públicas primárias mineiras, o presente artigo versa sobre a expansão do ensino público primário na região sobre a jurisdição da SRE de Caratinga, Minas Gerais, no período compreendido entre 1909 a 2000. Para isso, buscou-se mapear a expansão do ensino na região, identificando o rumo, as características, o período, e, por fim, o movimento geral das escolas, à medida que foram sendo implantadas nos 24 municípios de abrangência.

Palavras-Chave: história, expansão, escola primária, pública.

INTRODUÇÃO

A educação é um dos fatores de desenvolvimento da cidadania. Ter acesso à educação como “um direito de todos” e dever do Estado, sempre foi um processo marcado por lutas e reviravoltas na construção da História da Educação Brasileira. Nesse sentido, as contribuições historiográficas dos estudos regionais apresentam-se como uma forma singular de leitura e compreensão desse contexto. Por isso, entender a questão da escola “pública para todos” apresenta-se como um desafio.

No início da Primeira República, o “entusiasmo pela educação” privilegiou a abertura de escolas, porém, após duas décadas, viu-se a necessidade de modificar, também, a pedagogia, a arquitetura escolar e sua administração, enfim, era preciso transformar a educação para se atender aos anseios da sociedade emergente.

A Primeira República perdurou por quarenta anos, após esse período inicia-se uma nova e breve fase, marcada por intensas mudanças no campo educacional: a Segunda República. O programa de “reconstrução nacional”, proposto pelo então chefe de governo, Getúlio Vargas, abordava a difusão intensa do ensino público. Nesse período cria-se o Ministério da Educação e Saúde Pública, além de ser marcado pela Reforma Francisco Campos e pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

¹ Formada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Caratinga (UNEC), Caratinga, Minas Gerais.

² Graduada em Pedagogia e Letras pelo Centro Universitário de Caratinga (UNEC). Professora do Centro Universitário de Caratinga (UNEC). Mestre em História Social (USS- RJ) e Doutoranda em Geografia-Tratamento Espacial da Informação. PUC-MG (DINTER- UNEC)



Poços de Caldas

2º Congresso Nacional de Educação

www.educacaopocos.com.br 08 e 09 de Jun

A educação “direito de todos e obrigação dos poderes públicos”, durante o Estado Novo (1937-1945) viu as oportunidades de democratização praticamente abandonadas pelo governo, ou seja, esse não se preocupou em propor qualquer defesa do ensino público. Como se observa no artigo 125 da Constituição de 1937:

“A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução de suprir as deficiências e lacunas da educação particular.

O Estado passa a assumir apenas o papel subsidiário em relação ao ensino, abrindo mão de sua responsabilidade para com a educação pública em sua legislação máxima. Com a deposição de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, houve a promulgação de uma nova constituinte (1946) e da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). A LDBEN (Lei n. 4.024/61)

Garantiu igualdade de tratamento por parte do Poder Público para os estabelecimentos oficiais ou particulares, [...] A Lei, que ficou treze anos no Congresso, e que inicialmente destinava-se a um país um pouco mais urbanizado, acabou sendo aprovada para um Brasil industrializado e com necessidades educacionais que o Parlamento não soube perceber. (GHIRALDELLI JR, 2009, p.84)

O período autoritário, iniciado com o golpe que depôs o presidente João Goulart e teve seu fim com as eleições indiretas em 1985, teve, ao longo de duas décadas, cinco generais como Presidentes da República. A educação foi pautada, em termos gerais, pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública de ensino regular sem condições para tal, divulgação de uma pedagogia tecnicista e diversas tentativas de desmobilização do magistério, e uma confusa legislação educacional. (GHIRALDELLI JR, 2009)

Com o fim da Ditadura Militar e o início da Redemocratização do Brasil, a educação volta a ser pensada e discutida sob um aspecto mais amplo. Como consequência, é elaborado um novo projeto de lei para uma nova versão da LDBEN (Lei 9.394/96) que foi aprovada em 1996 e está em vigor até os dias atuais. Além disso, este período foi marcado por muitos projetos na área da educação.

Durante o período analisado, a História da Educação passou por um intenso processo de transformação, por isso, foi preciso analisar a educação nacional para, assim, poder integrá-la e compará-la ao desenvolvimento em seu caráter regional. Portanto, este trabalho abordará a expansão da criação de escolas públicas primárias estaduais na SRE de Caratinga, Minas Gerais.

METODOLOGIA

Com o objetivo de compreender o processo de expansão das escolas públicas primárias mineiras, o presente artigo versa sobre a expansão da criação das escolas públicas primárias estaduais na região sob a jurisdição da SRE de Caratinga, Minas Gerais, denominada anteriormente como 4ª DRE, no período compreendido de 1909 a



Poços de Caldas

2º Congresso Nacional de Educação

www.educacaopocos.com.br 08 e 09 de Jun

2000. Através da construção de um quadro geral, dividido por décadas, à luz dos processos históricos-sociais da educação no território mineiro, com base nos decretos de criação coletados nos arquivos documentais das escolas e da SRE. Para isso, buscou-se mapear a expansão do ensino na região à medida que foram sendo implantadas nos vinte e quatro municípios de abrangência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O movimento de fundação de escolas no período de 1900 a 2000 não foi marcado por um fluxo contínuo, e não acompanhou o crescimento demográfico da região, bem como o seu processo de urbanização. Assim, temos um cenário, no final do século XX, de 292 escolas públicas primárias estaduais criadas. Na primeira década, há a instalação de um grupo escolar no município sede da SRE, o ensino, até então, era realizado em escolas isoladas, as poucas escolas públicas que existiam eram frequentadas pelos filhos das famílias de classe média. As famílias de posses contratavam os preceptores ou mandavam os filhos para os colégios particulares, leigos ou religiosos. A década seguinte é marcada pela ausência de implantações de escolas.

Nas duas décadas seguintes (1920-1930) quatro escolas foram instaladas, sendo duas a cada dez anos. Na década de 1940, percebe-se o aumento no número de escolas implantadas: 15 na década de 1940, 35 na de 50 e 101 na de 1960. Porém, a partir de 1970 ocorre a queda da implantação das escolas nessa região: 61 na década de 1970, 22 na de 1980, um leve aumento na década de 1990, com 39 escolas, e por fim, uma nova queda em 2000, com nove escolas implantadas.

Pelos dados coletados percebe-se que, no conjunto de municípios, 70 escolas foram implantadas em Caratinga, município sede, 32 em Inhapim, 22 em Bom Jesus do Galho e 21 em Tarumirim. Os demais municípios tiveram menos de 20 escolas implantadas, oscilando entre 17 e uma escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os municípios sobre a jurisdição da SRE de Caratinga localizam-se no Leste de Minas, na Zona Mata, na mesorregião Vale do Rio Doce e nas microrregiões Caratinga e Aimorés. A leitura do processo de expansão das escolas na SRE de Caratinga, possibilitou uma análise mais específica do contexto nacional se comparado ao regional e, como o segundo, reflete intensamente o primeiro. Percebe-se, portanto, que a partir de 1909, período de vigência da Reforma João Pinheiro (Lei nº 439 de 28/09/1906), em Minas Gerais, houve o início da fundação das escolas na região analisada e que, a partir da década de 1940, quando o ensino passa a ser responsabilidade do Estado, a abertura das escolas públicas se deu de forma mais intensa, se comparada com as décadas anteriores. No final da década de 1960 até o início da década de 1980, período ditatorial, nota-se uma queda no número de escolas implantadas. Com o processo de redemocratização, novas escolas foram criadas, porém, verifica-se uma nova queda nos anos 2000.

REFERÊNCIAS



Poços de Caldas

2º Congresso Nacional de Educação

www.educacaopocos.com.br 08 e 09 de Jun

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm> Acesso em: 05, abril de 2018.

GHIRALDELLI, JR, Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira: da colônia ao governo Lula**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2009.